



A EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO DO DENDÊ E AS CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS PARA A COMUNIDADE QUILOMBOLA VILA GONÇALVES NO MUNICÍPIO DO ACARÁ-PA

Ester Cardoso dos Santos ¹
Luena Ossana Canaveira ²

RESUMO

A pesquisa analisa os impactos territoriais da expansão do agronegócio do dendê na comunidade quilombola Vila Gonçalves, no município do Acará (PA), evidenciando as contradições entre o discurso da sustentabilidade global e as realidades locais amazônicas. Desde a década de 1970, políticas estatais e incentivos fiscais vêm promovendo a integração da Amazônia à economia nacional e global, intensificando processos de expropriação e concentração fundiária. Com o avanço da empresa Agropalma S.A., legitimado por programas como o PNPB (2005) e o PSOP (2010), observam-se o cercamento de terras, a desterritorialização de comunidades e a degradação das relações produtivas e simbólicas com a natureza. Metodologicamente, o estudo qualitativo articula revisão bibliográfica, levantamento histórico e análise crítica das dinâmicas territoriais locais. Os resultados apontam que a dendeicultura, sob a retórica da “energia limpa”, reforça a dependência econômica e social, reproduzindo desigualdades e conflitos. Contudo, emergem formas de resistência baseadas na ancestralidade e na defesa do território, nas quais as comunidades reafirmam o espaço como lugar de vida, identidade e autonomia frente à lógica hegemônica do capital.

Palavras-chave: Amazônia, Agronegócio do dendê, Território, Comunidade quilombola, Resistência.

ABSTRACT

This research analyzes the territorial impacts of the expansion of the oil palm agribusiness in the Vila Gonçalves quilombola community in the municipality of Acará, Pará, highlighting the contradictions between the discourse of global sustainability and local Amazonian realities. Since the 1970s, state policies and tax incentives have promoted the integration of the Amazon into the national and global economy, intensifying processes of expropriation and land concentration. With the advance of the company Agropalma S.A., legitimized by programs such as the PNPB (2005) and PSOP (2010), land enclosures, the deterritorialization of communities, and the degradation of productive and symbolic relationships with nature have been observed. Methodologically, this qualitative study combines a literature review, a historical survey, and a critical analysis of local territorial dynamics. The results indicate that oil palm cultivation, under the rhetoric of "clean energy," reinforces economic and social dependence, reproducing inequalities and conflicts. However, forms of resistance based on ancestry and the defense of territory emerge, in which communities reaffirm space as a place of life, identity, and autonomy in the face of the hegemonic logic of capital.

Keywords: Amazon, Palm Oil Agribusiness, Territory, Quilombola Community, Resistance.

¹ Graduada no Curso de Geografia pelo Instituto Federal do Pará - IFPA, Mestranda do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – UFPA/NAEA/PPGDSTU estercardoso95@gmail.com;

² Engenheira Cartógrafa e Agrimensora (UFRA) Mestra em Engenharia Elétrica na área de Computação Aplicada (PPGEE/UFPA), Especialista em Cartografia e Sensoriamento Remoto (FAMEESP) Especialista em Gestão Ambiental (FAMEESP). Doutoranda em Desenvolvimento Socioambiental (NAEA/UFPA). luena.ufpa@gmail.com



1. INTRODUÇÃO

A região amazônica vem passando por um processo de expansão da fronteira agrícola desde a década de 1970, período da ditadura militar, com a introdução de projetos nacionais que integrasse a mesma ao restante do país. Várias foram as estratégias que atraíram migrantes para a região amazônica, como incentivos econômicos e fiscais, oferecendo isenção de impostos, crédito facilitado e subsídios para atividades agrícolas e pecuaristas. Dessa forma, atividades agroexportadoras estão se expandindo ao longo dos anos, causando uma enorme modificação nas dinâmicas territoriais, que estão fortemente atrelados a esse tipo de atividade, onde os mais afetados são comunidades tradicionais como os ribeirinhos, indígenas, quilombolas, dentre outros que costumam viver diretamente da natureza. Nesse sentido, insere-se na discussão o município do Acará, onde comunidades locais, vêm enfrentando muitos problemas relacionados as dinâmicas territoriais, causados por grandes empresas que dominam a produção de dendê na região, com o incentivo de programas criados pelo Estado (Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel e o Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma criados em 2004 e 2010 respectivamente), como forma de expansão da agricultura sustentável na região, essas empresas que utilizam como discurso a segurança social para os camponeses, quilombolas, ribeirinhos, não tem respeitado nem o território e nem as dinâmicas socioeconômicas preexistentes da região. Segundo Santos (2023) a modernidade transforma as áreas agrícolas no lugar da vulnerabilidade. Elienson Silva e Maria Saavedra (2022) destacam que com a chegada da empresa Agropalma na região, várias expropriações começaram a ocorrer. Um exemplo foi a comunidade da Vila de Nossa Senhora da Batalha que foi expropriada e extinta pelo avanço do dendê, no Acará. A continuidade da expansão das plantações de dendê gera como resultado uma intensa produção voltada principalmente para o mercado externo que gera impactos ambientais e sociais. Além disso, causa bastante pressão em terras dos camponeses, indígenas e quilombolas, reconfigurando o espaço e afetando o modo de vida das comunidades tradicionais da região, Bringel; Cruz; Macedo (2020) apontam que para as comunidades tradicionais quilombolas a natureza faz parte de suas vidas, de seu meio de sobrevivência, onde seus conhecimentos e saberes socioambientais caracterizam formas de relações equilibradas com a biodiversidade e os ecossistemas locais. (BRINGEL; CRUZ; MACEDO, 2020, p.138) Um exemplo disso, é a comunidade quilombola Vila Gonçalves, localizada no município do Acará que enfrenta o cercamento dos seus territórios por meio de grades colocadas pela empresa Agropalma, grande responsável de produção de dendê na região, alterando seu modo de vida e a sua forma de produção e reprodução. São



múltiplas as consequências no espaço rural amazônico a partir expansão do agronegócio do dendê, a compra de terras ou a utilização da terra do próprio agricultor familiar como forma de reprodução do capital do dendê é uma delas, muitas famílias locais que produzem a partir da policultura como forma de subsistência no meio rural acabam se rendendo a acordos feitos por empresas, para produzirem em seu próprio território, porém se tornam reféns de forças exógenas do capital, isso se deve à falta de políticas públicas voltadas para o campo, como forma de manutenção do modo de vida das comunidades locais. Para Macedo e Sousa 2015

na atualidade, vêm se reproduzindo a exclusão e ou submissão do camponês em meio ao fortalecimento das redes do agronegócio. Nosso levantamento em campo nos induz a pensar que os territórios da produção de agrocombustíveis se mostram como novos territórios de exclusão e de reprodução das desigualdades sócio territoriais. (MACEDO; SOUSA, 2015, p. 328)

Além de comprometer o modo de vida a partir da subsistência no qual se estabelece uma relação direta com a natureza, esse ambiente também passou a ser um lugar de conflitos e ameaça para essas comunidades.

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa foi de caráter qualitativo, porém utilizou dados quantitativos que serviram de base para compreender as novas dinâmicas territoriais no município do Acará-PA a partir da inserção do agronegócio do dendê na região. Os procedimentos utilizados, foram: Primeiramente foi feito uma revisão bibliográfica acerca do tema, que envolvam as dinâmicas territoriais na Amazônia e a força da produção exógena da região. Além disso, foi necessário um levantamento histórico bibliográfico a cerca da comunidade quilombola Vila Gonçalves. Esses procedimentos identificaram a mudanças da comunidade, gerada pela atividade do dendê. Posteriormente foi realizado o levantamento de dados a respeito do número de empresas atuantes, da quantidade de terras destinadas a produção do dendê, da renda, do capital gerado e o quanto retorna para a região e para as comunidades.

A pesquisa assume que a produção do conhecimento deve estar comprometida com a compreensão crítica da realidade e com a valorização dos saberes e práticas das populações tradicionais. dessa forma, ao integrar o método dialético o artigo se realiza como um esforço de desvelamento das lógicas de dominação e resistência presentes na territorialização do agronegócio na Amazônia. Trata-se de um movimento reflexivo que visa construir um conhecimento situado, rigoroso e comprometido com a transformação das realidades sociais estudadas.



3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 territorialização do dendê na Amazônia

O espaço agrário da Amazônia quando analisado a partir das dinâmicas territoriais provenientes do agronegócio, pode ser compreendido por meio da categoria geográfica do território, pois para Haesbaert (2014) território tem a ver com poder, tanto no sentido mais concreto de dominação, quanto no sentido mais simbólico de apropriação. Já para Santos (2023)

território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da resistência, das trocas materiais e imateriais e da vida, sobre os quais ele influi. (SANTOS, 2023, p. 113)

Com base nos autores acima, fica claro que a análise territorial contém uma relação de poder e resistência, o poder está representado, na hegemonia da empresa privada Agropalma S.A. e a resistência se representa na comunidade Vila Gonçalves, sua identidade e sua relação material e imaterial com a terra.

Com a expansão da dendeicultura no espaço agrário do Acará, muitas terras são dominadas por empresas voltadas para a produção do biocombustível, a exemplo da Agropalma. As dinâmicas que caracterizam o território da comunidade em questão, são modificadas, trazendo novas configurações espaciais, inserindo o território agrário da Amazônia ao capital ligado ao mercado externo.

Com a criação de uma série de políticas do Estado que facilitaram e subsidiaram a inserção do agronegócio do dendê na região, muitos municípios passaram a viver a modernização do campo, que vem acompanhada com uma série de promessas para a população local, entretanto essa modernização não se dá de forma homogênea, pois cria condições técnicas e tecnológicas apenas para os complexos agroindústrias

Dessa forma, Ribeirinhos, indígenas, quilombolas e camponeses que vivem no meio rural têm na terra o seu principal meio de produção e reprodução, quando essa lógica é afetada, o modo de vida também é afetado. Um exemplo disso, é o já citado cercamento feito por grades na comunidade quilombola Vila Gonçalves. Ratificando o exposto é importante trazer ao debate Urbano e Cruz (2020) que argumentam sobre essa relação dizendo que

a identidade e a cultura nas comunidades quilombolas têm suas marcas de identificação assentadas no território visto tanto como o espaço vivido, referente espacial no sentido concreto e simbólico, espaço social onde se desenrolam as tramas e os dramas que constituem o modo de vida com seus saberes, fazeres e sociabilidades. (URBANO; CRUZ, 2020, p.176)

A Amazônia sempre foi vista com um grande potencial de exploração, das suas especiarias, dos seus minérios, dos seus solos, das suas terras, na maioria das vezes pautada na



justificativa do desenvolvimento e da integração da região ao restante do território nacional. Essa visão externa sobre a Amazônia se contrapõe ao que Golçalves (2005) escreve, quando afirma que a Amazônia é múltipla e heterogênea, a colocando não como uma, mas como várias Amazônias.

O agronegócio baseia-se em uma estrutura de produção ligada a uma dinâmica globalizante, suas etapas produtivas possuem um enorme aparato técnico e tecnológico, que aumentam a produção e conseqüentemente o lucro dos complexos agroindustriais, essa forma de produzir atende a lógica do mercado global, desconsiderando a estrutura produtiva e social das populações do campo. Macedo e Sousa (2019) afirmam que “para o capital os territórios das populações camponesas e indígenas não passam de riquezas a serem incorporadas a sua dinâmica de reprodução” (MACEDO; SOUSA, 2019 p. 527).

A mesorregião do Nordeste paraense sofreu diversas alterações ao longo das últimas décadas, principalmente a partir do século XXI, com a chegada de muitas empresas produtoras de dendê, voltadas para a produção de biocombustível. Bastos e Nahum apontam que

no atual período a dendeicultura de energia impulsionada pelo biodiesel é um grande projeto agroindustrial, um enclave territorial de agroenergia, com as mesmas bases tradicionais dos que aportaram na região, sustentados por ações políticas estatais e ressaltando as vantagens técnicas, competitivas e econômicas; agora propondo a reinvenção da Amazônia como fronteira da agricultura de energia (BASTOS; NAHUM, 2014, p. 481)

Essas empresas mascaradas com o ideário de desenvolvimento econômico para a região, fazem parecer que muitas conseqüências, como a própria dominação de terras pertencentes e ocupadas por comunidades tradicionais são males necessários, o preço que se paga pelo desenvolvimento. Para Celso Furtado (1968) o desenvolvimento vai além da esfera econômica:

o desenvolvimento não é uma simples questão de aumento de oferta de bens ou de acumulação de capital, possui ele um sentido, é um conjunto de respostas a um projeto de autotransformação de uma coletividade humana; quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida dessa população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento. (Furtado, 1968, p. 19)

A Amazônia tem sido palco desses investimentos, por possuir vantagens locais que atendam as necessidades da nova forma de produzir, reproduzindo a ideia de espaço do futuro, onde é possível aliar desenvolvimento econômico e manutenção da natureza com o auxílio e participação das comunidades rurais tradicionais. Para Becker (2007)

Amazônia decorre do novo significado por ela adquirido, o de um duplo patrimônio: o de terras propriamente dito, e o de um imenso capital natural. Na representação simbólico-cultural, o valor da região está condicionado pela centralidade que tem hoje no mundo a biodiversidade e a sustentabilidade da Terra. (BECKER, 2007, p. 35)



Dessa forma, as dinâmicas territoriais do meio rural da Amazônia vêm sendo fortemente influenciada pela implantação da dendeicultura que afeta, não só a paisagem, com extensas monoculturas, mas o modo de vida do camponês, por meio da dominação do território e da produção e reprodução do capital na região, submetendo as comunidades locais ao fluxo do capital nacional e internacional. Nesse sentido é possível incluir o conceito de territorialidade de Rogerio Haesbaert (2014) que compreende o uso da terra não apenas como um instrumento de dominação e exploração, mas a enxerga como um espaço simbólico, identitário e vivido. Para Rodrigues e Bringel (2020) os atores sociais do campo que tiveram seus territórios afetados contraditoriamente os recriam por meio da luta pela terra, com diferentes mecanismos que lhes assegurem a sua territorialização.

Portanto a compreensão hegemônica de território, ligado geralmente a uma visão que enxerga a Amazônia ainda como um grande reservatório de recursos e terras a serem exploradas se contrapõe a compreensão das comunidades tradicionais, a exemplo a comunidade quilombola Vila Gonçalves que possuem uma relação múltipla e simbólica, tendo na terra seu modo de vida, identidade e seu meio de existência enquanto coletividade.

3.2 Ideário da energia limpa e desenvolvimento sustentável na amazônia

A produção do dendê na Amazônia paraense ocorre de forma expressiva desde a década de 1980, inicialmente voltada para a indústria de alimentos e cosméticos. Com o fortalecimento do discurso da sustentabilidade e da descarbonização no cenário global, parte dessa produção passa a ser incorporada ao setor dos agrocombustíveis, sobretudo após a criação de políticas nacionais como o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB, 2005) e o Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma (PSOP, 2010). Essas políticas priorizaram o nordeste paraense, em especial a microrregião de Tomé-Açu, considerada estratégica por suas condições edafoclimáticas favoráveis e pela existência de áreas degradadas, vistas como passíveis de reaproveitamento para o cultivo da palma em larga escala. A lógica da produção do óleo de palma na Amazônia, corresponde a exigências do capital global, observa-se como a governança global do clima pode interferir na produção local, não só isso, mas no modo de reprodução de vida de comunidades tradicionais amazônicas. A transição energética é uma das principais pautas dos eventos internacionais sobre o clima, o debate gira em torno da substituição de fontes de energia, proveniente da queima dos combustíveis fósseis (carvão mineral, petróleo e gás natural), geradora de gases do efeito estufa (GEEs), para isso países desenvolvidos vem investindo por meio de mecanismos criados pelo sistema ONU, para



incentivar o uso e produção de fontes alternativas aos combustíveis fósseis, além disso criar um mercado de compensações da emissão do carbono. Para Gonçalves (2022)

Sob esse aspecto, a descarbonização não implica necessariamente em um desenvolvimento limpo e inclusivo em cidades médias e emergentes na Amazônia, por exemplo, ou na eliminação do desmatamento, seja este ilegal ou legal. As implicações estão muito mais ligadas ao que a Amazônia representa para a continuidade de processos de circulação de valor no mundo, que, mais contemporaneamente, entremeiam-se em ações e políticas nacionais e internacionais de comando e controle levando ao planejamento sobre e deste território (VECCHIONE-GONÇALVES, 2022, p. 86)

Nesse sentido, resolver a problemática das mudanças climáticas no mundo coloca na centralidade a métrica do carbono como componente principal nas soluções propostas, não levando em consideração inúmeros outros impactos socioambientais ao implantar fontes alternativas de energia. No caso da dendeicultura no nordeste paraense, existe o embasamento de estudos feitos pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) que legitima o ideário do desenvolvimento sustentável na região, quando o que se observa na prática são inúmeros impactos ambientais como, erosão do solo, perda de biodiversidade e contaminação dos rios pelo resíduo da tiorbina gerado na produção do óleo de palma, além disso é notório os impactos sociais, como a compra de terras ou a utilização da terra do próprio agricultor familiar como forma de reprodução do capital do dendê. Além de comprometer o modo de vida a partir da subsistência no qual se estabelece uma relação direta com a natureza, esse ambiente também passou a ser um lugar de conflitos e ameaça para essas comunidades. Segundo Moreno, Chassé e Fuhr (2015)

Os debates políticos atuais estão muito presos no pensamento e mentalidade da métrica do carbono e seria necessário um longo tempo e enorme esforço para mudar isso. Gostaríamos de oferecer ao menos algumas perspectivas. Por um lado, a justiça social global não é possível sem justiça cognitiva global. Recuperar e valorizar a diversidade epistemológica do mundo é um imperativo. Recuperar as “epistemologias do Sul” também faz parte de reinventar a emancipação social. (MORENO, D. S. CHASSÉ, L. FUHR, 2015, p. 77).

O monocultivo é promovido como se fosse uma solução sustentável (biocombustível) que mitigaria riscos climáticos, mas, na prática, amplia o desmatamento, a pressão fundiária e a desterritorialização dos quilombolas.

O município do Acará, no nordeste do Pará, tornou-se escopo dessa dinâmica com a chegada da Agropalma e a expansão das monoculturas de dendê. Nesse processo, comunidades tradicionais, como a quilombola Vila Gonçalves, sofrem pressões intensas sobre seus territórios, sendo cercadas e submetidas a transformações em seus modos de vida. Ao relacionar essa problemática à teoria da dependência, Celso Furtado (1978) ajuda a compreender como a inserção da Amazônia no sistema global se dá de forma subordinada. “O caminho da



especialização internacional não requeria modificações de maior monta nas estruturas sociais: era um pacto que se estabelecia entre interesses externos e grupos dominantes internos” (Furtado, 1978, p. 76)

O dendê, produzido sob o discurso de energia limpa, atende majoritariamente à demanda internacional, enquanto comunidades locais arcam com os custos sociais e ambientais. O que se observa, portanto, não é desenvolvimento autônomo, mas uma reprodução da dependência, na qual o centro hegemônico concentra poder e excedentes, enquanto a periferia assume os impactos. Para o autor “para compreender o processo de desenvolvimento é indispensável identificar os agentes responsáveis pelas decisões estratégicas e reconhecer os fatores estruturais que condicionam a propagação dos efeitos de tais decisões” (Furtado, 1983, p.81).

Na mesma direção crítica, Fernandes et al. (2025) chamam atenção para o caráter desterritorializado das políticas de transição ecológica no Brasil. Ao priorizarem balanços de carbono e a lógica de uma “economia verde”, tais políticas frequentemente ignoram a biodiversidade local e os arranjos socioeconômicos enraizados nos territórios.

tais planos reduzem a problemática ambiental da crise global à dimensão climática, descartando a dimensão ecológica representada pela corrosão inexorável da biodiversidade do planeta; ao mesmo tempo, operam na ótica de setores nacionais, sem consideração às distinções territoriais e, por fim, isolam as dimensões ambiental e econômica da dimensão social do desenvolvimento. (FERNANDES et al., 2025, p. 3)

No caso da Vila Gonçalves, a retórica de preservação ambiental e desenvolvimento regional contrasta com a realidade do cercamento e da perda de autonomia produtiva e dos impactos ambientais. A expansão da dendeicultura no Acará-PA revela os limites do modelo de desenvolvimento sustentável proposto pelo Relatório de Brundtland (1987). Embora o documento tenha difundido a ideia de conciliar crescimento econômico, justiça social e preservação ambiental, na prática, a sustentabilidade aplicada à Amazônia tem se reduzido à lógica que subordina o território às demandas do capital global. Nesse contexto, o monocultivo do dendê, legitimado sob o discurso da energia limpa e da bioeconomia, expressa aquilo que identifica como um processo que não garante desenvolvimento limpo e inclusivo, nem impede a continuidade do desmatamento e da desterritorialização de comunidades tradicionais. O caso da comunidade quilombola Vila Gonçalves evidencia, portanto, que o paradigma do desenvolvimento sustentável, ao invés de assegurar equilíbrio entre economia, sociedade e ambiente, reforça dinâmicas de dependência e desigualdade, transferindo os custos socioambientais da produção aos territórios amazônicos enquanto os benefícios energéticos e econômicos se concentram nos centros globais consumidores. Portanto, a expansão da



dendeicultura no Acará-PA representa mais do que um processo agrícola: trata-se da reprodução de uma dinâmica histórica de dependência, modernização seletiva e reconfiguração territorial.

O caso da comunidade quilombola Vila Gonçalves evidencia que os discursos de sustentabilidade e bioeconomia, quando descolados da realidade social e territorial, podem reforçar desigualdades e conflitos, ao invés de promover desenvolvimento justo. Compreende-se que a luta da comunidade não é apenas por terra, mas por reconhecimento de modos de vida e pela construção de alternativas de desenvolvimento enraizadas nos territórios amazônicos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

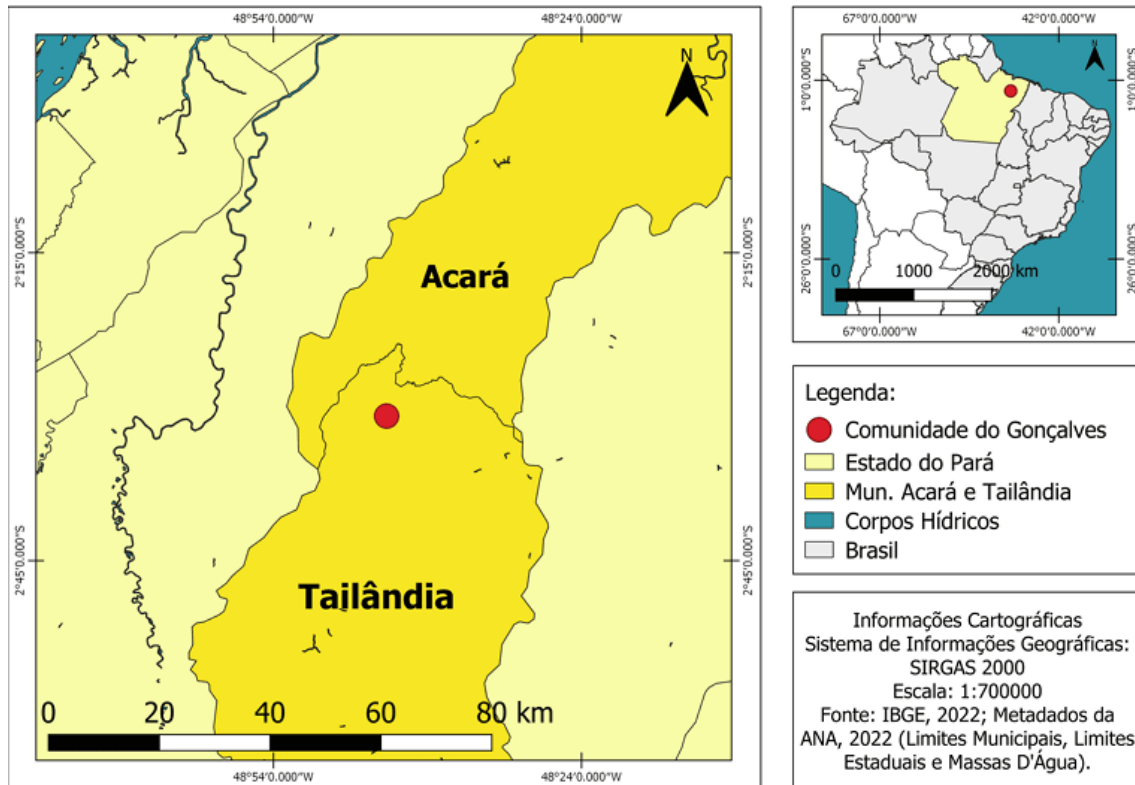
A análise sobre a expansão do agronegócio do dendê na Amazônia, especialmente na comunidade quilombola Vila Gonçalves, revela um quadro de contradições entre o discurso da sustentabilidade global e as realidades locais de desigualdade e expropriação. O acesso ao Quilombo do Gonçalves se dá por via terrestre. O território está localizado na zona rural do Acará, entre os municípios de Tailândia (PA) e Acará (PA), a aproximadamente 200 km da sede municipal de Belém. Segundo o podcast Carta Amazônia a comunidade possui uma média de 78 famílias ao longo de uma única rua de terra que não tem nome e nem CEP, possui uma escola municipal de educação infantil, não possui posto de saúde e nem rede de telefonia

Os resultados da pesquisa indicam que o avanço da dendeicultura, legitimado pela retórica da energia limpa e da transição verde, constitui mais um capítulo da longa história de inserção subordinada da Amazônia na economia mundial. Sob o pretexto de promover o desenvolvimento sustentável e contribuir para a descarbonização global, políticas como o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (2005) e o Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma (2010) impulsionaram a territorialização de grandes empreendimentos privados, como a Agropalma S.A., sobre terras tradicionalmente ocupadas por comunidades quilombolas e camponesas.

A realidade observada na Vila Gonçalves ilustra como a lógica da “energia limpa” se traduz, na prática, em processos de cercamento e desterritorialização. O controle empresarial sobre o território não apenas altera o uso da terra, mas também desestrutura o modo de vida comunitário, comprometendo práticas produtivas, redes de solidariedade e relações simbólicas com o ambiente. Como aponta Vecchione-Gonçalves (2022), a métrica do carbono, central na governança global do clima, acaba por obscurecer as desigualdades sociais e territoriais, deslocando os custos ambientais da transição energética para regiões periféricas como a Amazônia. Assim, o discurso da descarbonização torna-se um instrumento de legitimação de novas formas de exploração, travestidas de sustentabilidade.



MAPA 1: LOCALIZAÇÃO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA VILA GONÇALVES



Fonte: Elaborado pelo projeto de pesquisa Amazônia + 10 - UFPA

A análise evidencia ainda que o modelo de desenvolvimento aplicado na região segue os padrões descritos por Furtado (1978; 1983), nos quais o crescimento econômico não implica emancipação social, mas sim a reprodução da dependência. A especialização produtiva voltada ao mercado externo e a captura de políticas públicas por grandes corporações reforçam a concentração de renda e a desigualdade no campo. Como discutem Fernandes et al. (2025), a política de transição ecológica no Brasil tem operado de forma desterritorializada, priorizando indicadores climáticos e financeiros em detrimento das realidades socioculturais locais.

Além dos impactos ambientais – como erosão do solo, contaminação hídrica e perda de biodiversidade, a expansão do dendê no Acará acarreta impactos sociais profundos, como a perda de autonomia produtiva, a dependência econômica e o enfraquecimento dos laços comunitários. No entanto, em meio a esse cenário de desigualdade, emergem também formas de resistência baseadas na ancestralidade e na defesa do território, nas quais a luta pela terra se transforma em luta pela continuidade de um modo de vida.

Dessa forma, os resultados indicam que o discurso da sustentabilidade global, ao ser apropriado pelo capital, mascara práticas que perpetuam antigas estruturas de dominação. O caso da Vila Gonçalves demonstra que a governança climática e a economia verde, quando descoladas das realidades sociais amazônicas, não promovem desenvolvimento limpo nem



inclusão, mas reiteram a condição de dependência e vulnerabilidade. A resistência quilombola, ao reafirmar o território como espaço de vida e de saber, propõe, em contrapartida, uma leitura contra-hegemônica do desenvolvimento, aquela que parte do chão da Amazônia e da centralidade das comunidades em sua própria história.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise sobre a expansão do agronegócio do dendê na Amazônia, com ênfase na comunidade quilombola Vila Gonçalves, demonstra que o modelo de desenvolvimento implantado na região reproduz antigas estruturas de dependência e desigualdade social. Sob o discurso da sustentabilidade, a dendeicultura tem se configurado como uma nova forma de apropriação territorial, legitimada por políticas públicas que favorecem grandes corporações e negligenciam as realidades locais. O avanço das plantações de dendê, impulsionado por programas estatais e por interesses do mercado global, não apenas intensifica a pressão sobre as terras quilombolas e camponesas, mas também compromete modos de vida tradicionais baseados na reciprocidade, na agricultura de subsistência e na relação simbiótica com a natureza.

Constata-se que a lógica da “energia limpa” e da “bioeconomia sustentável”, ao ser aplicada de forma descolada das dimensões sociais e culturais amazônicas, mascara processos de expropriação e exclusão. A governança global do clima, centrada na métrica do carbono, tem transferido os custos socioambientais da produção de agrocombustíveis às populações periféricas, enquanto concentra os benefícios econômicos nos centros hegemônicos.

Entretanto, as resistências expressas pelas comunidades tradicionais, como a Vila Gonçalves, revelam outras possibilidades de futuro. Sua luta pela terra e pela autonomia reafirma o território como espaço de vida, memória e dignidade, desafiando as narrativas hegemônicas de progresso e sustentabilidade. Assim, a pesquisa evidencia a urgência de repensar os paradigmas de desenvolvimento na Amazônia, orientando-os para a justiça territorial, o reconhecimento das identidades locais e a valorização dos saberes tradicionais como caminhos possíveis de reexistência e emancipação.

6. REFERÊNCIAS

- BECKER, B. Amazônia: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2004
- BRUNDTLAND, G. Our Common Future Report of the World Commission on Environment and Development. Organização das Nações Unidas: Nova Iorque. Disponível em: <http://www.un-documents.net/our-common-future.pdf>.



FERNANDES, Danilo Araújo; COSTA, Francisco de Assis; FOLHES, Ricardo Theophilo; SILVA, Harley. Transição ecológica e política de desenvolvimento regional na Amazônia: estratégias para a construção de um projeto de bioeconomia em bases territorialmente sustentáveis. São Paulo: Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades (Made/USP), 2025. (Nota de Política Econômica, n. 70)

FURTADO, Celso. Criatividade e dependência na civilização industrial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978

FURTADO, C. Um Projeto para o Brasil. Rio de Janeiro: Saga, 1968 SANTOS, M. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. - 35. ed. - Rio de Janeiro: Record, 2023.

GONÇALVES, C. W. P. Amazônia, Amazônias. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2005.

HAESBAERT, Rogério. Viver no Limite – Território e Multi/Trans-Territorialidade em Tempos de Contenção e in-segurança. Ed. Bertran Brasil, Rio de Janeiro, 2014

MACEDO, C. O. & SOUSA, R. B. AGRONEGÓCIO DO DENDÊ E CAMPESINATO NO PARÁ. Geosul, Florianópolis, v. 34, n. 71-Dossiê Agronegócios no Brasil, p. 525-549, abril. 2019. <http://doi.org/10.5007/1982-5153.2019v34n71p525>

MACEDO, C. O; SOUSA, R. B. Novos projetos, velhas práticas: os impasses entre agricultura camponesa e agronegócio do dendê em terras amazônicas. Tempos Históricos, v. 19, 2015. Disponível revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/10740. 06/02/2019 em: <http://eAcessoem>

NAHUM, J. BASTOS, C. DENDEICULTURA E DESCAMPESINIZAÇÃO NA AMAZONIA PARAENSE. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 9, n. 17, p. 469-485, abr., 2014

NAHUM, J. S; MALCHER, A. T. C. Dinâmicas territoriais do espaço agrário na Amazônia: a dendeicultura na microrregião de Tomé-Açu (PA). Confins [Online], 2012.

MORENO, Camila; SPEICH, D; FUHR, L.. A Métrica do Carbono: abstrações globais e epistemicídio ecológico. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2016

SILVA, L. SAAVEDRA, M. Comunidades do Vale do Acará (PA): a resistência pela ancestralidade diante do agronegócio do dendê. Comunidades do Vale do Acará (PA): a resistência pela ancestralidade diante do agronegócio do dendê - Notícias | Terra de Direitos.

URBANO, F; CRUZ, B. Campos e florestas no Pará: terra, território e educação / Fabiano de Oliveira Bringel; Benedito Ely Valente da Cruz; Cátia Oliveira Macedo (Orgs.). – Belém: EDUEPA, 2020.

VECCHIONE-GONÇALVES, M. “Financiando a Amazônia: Do Piloto de Proteção nos Anos 90 à Bioeconomia Descarbonizada do Terceiro Milênio”. In: MIOLA, I; COUTINHO, D.; JUNQUEIRA, G.O; PROL, F.; VECCHIONE-GONÇALVES; M; FERRANDO, T. Finanças Verdes no Brasil: Perspectivas Multidisciplinares sobre o financiamento da transição verde. São Paulo: Editora Blucher, 2022.